

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, SEMANA DE ARTE MODERNA E LÍNGUA PORTUGUESA COMO AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS DA NAÇÃO

Nos duzentos anos de independência, o Estado brasileiro encontra-se em profundas mutações, muitas delas geradas pela atuação das suas Forças Armadas. Foi ao lado dos soldados da cavalaria de sua guarda de honra que Dom Pedro I, incentivado diretamente por sua esposa Leopoldina, declarou a Independência do Brasil, em sete de setembro de 1822. As Forças Armadas, ao cuidarem das nossas fronteiras e protegerem-nas de possíveis invasões, solidificaram a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do Território brasileiro. Nosso fórum trata de assuntos que se interligam à identidade e à soberania do Brasil.

A independência do Brasil, como a de tantos outros espaços subjugados, entretanto, não simbolizou o fim do colonialismo histórico, mas o início de uma colonialidade. Mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade – lado desigual da modernidade, conforme atestam os dois sociólogos que participaram do grupo Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD): o peruano Anibal Quijano e o português Boaventura de Sousa Santos – continuou pelas antigas colônias, preservando a lógica existente entre o explorador e o explorado no que tange ao poder, ao ser e ao saber, em resumo: a essência da vida e a cultura do povo reprimido. Não é incomum que, no próprio âmbito dos Estados-nação, essa relação entre os que têm privilégios e os periféricos persista. Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010), em seu texto *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*, ratificam que o contínuo processo de decolonialidade é intensificado pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. Ressalte-se que – com todas as adversidades provenientes de contatos culturais profundamente desiguais, no qual uma cultura consegue se impor a outra – existe alguma troca transformadora, ainda que de forma desigual.

O artigo de Lourdes Belchior e Mary Del Priore enfatiza que poucas personagens da História do Brasil cativam mais do que Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro I. Sua história não é sobre uma jovem que viveu de forma tranquila ao lado de um príncipe. Sua trajetória foi de uma mulher forte que aderiu com afinco à causa emancipacionista e que se deixou imbuir pela brasilidade de um povo que a acolheu como uma autêntica brasileira: por dever, por hábito, e por afeto, como registrou a imprensa (IMPERIO DO BRASIL, 1826), mesmo sendo ela uma estrangeira, oriunda da Áustria. Ter acesso à história de Leopoldina possibilita dar voz a inúmeras mulheres de sua época que, com ânimo político, reconheceram nela um exemplo de liderança a ser seguida no contexto da Independência, como registrado em diversas fontes históricas (O ESPELHO, 1822).

O segundo artigo deste fórum acende as luzes do Teatro Municipal de São Paulo e revisita o evento que nele aconteceu em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. A Semana de Arte Moderna ocorreu, de maneira consciente,

no centenário da Independência (1922) como um dos eventos comemorativos que proclamava a libertação da cultura brasileira por meio das artes e teve um caráter de ruptura com os padrões culturais passados, principalmente os literários sobrevividos do Parnasianismo, Decadentismo e Simbolismo. Os modernistas de 1922, de acordo com Alfredo Bosi (1995), alargaram seus horizontes para aquém dos limites temporais da Semana, teceram críticas às estruturas mentais coloniais das velhas gerações e valorizaram o ideário dos chamados pré-modernistas, cujas obras penetram a fundo nas culturas provindas da realidade brasileira. São eles, entre outros: Euclides da Cunha, João Ribeiro, Lima Barreto e Graça Aranha – este último já uma referência da Literatura Brasileira. Além do discurso literário (Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Alcântara Machado, Raul Bopp e outros nomes), mais manifestações artísticas, como teatro, pintura, música, escultura se faziam representar: Guiomar Novaes, Heitor Villa-Lobos, Yvonne Daumerie, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão (Pagu), Victor Brecheret, Blaise Cendrars, que afinavam suas ideias a essa efusão do novo e da quebra ao passado ligado às influências vindas do exterior.

Não foi um movimento paulista, centrado na terra da garoa por circunstâncias político-econômicas, mas espalhou-se pelo Brasil afora, e congregou Gilberto Freire, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e outros nomes que se conservam no painel da cultura emanada da casa grande e da senzala, de Pasárgada, da rosa do povo e das raízes do Brasil. Essas linguagens são capazes de expressar o espírito brasileiro, representativo de várias etnias, de espaços culturais do centro e da periferia, amalgamando o clássico e o popular, a fala da academia com os sotaques de outros Brasis ainda desconhecidos. Foi um movimento múltiplo, agregador em um mesmo local de liberais, esquerdistas, simpatizantes do fascismo: todos contaminados, mesmo de forma contraditória, pela visão eurocêntrica das vanguardas, advindas do contexto pós Primeira Guerra, e com o impulso de integrar a cultura canceladora da identidade do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo que os modernistas de 1922 se apoiaram nas Vanguardas Europeias, criticavam-nas, repudiando o modelo eurocêntrico e aclimatando-o aos ares tropicais, à nossa realidade. Tudo era novo, carecia de assimilação e abasileiramento. Estávamos convivendo com as ruínas da Primeira Guerra Mundial e com os malefícios dela advindos. Os estertores da chamada *Belle Époque* revelavam “uma época de contradições, em que paz e guerra, otimismo e desilusão, vida e morte pareciam caminhar lado a lado, numa constante ameaça de alteração brusca da ordem estabelecida” (SILVA, 2006, p. 16). Era um tempo de progresso que contrastava com a miséria.

No mesmo ano da Semana, realizou-se, de 7 de setembro de 1922 até o ano de 1923, a Exposição no Rio, que apresentou ao mundo um Brasil moderno, em

sintonia com os avanços da ciência, da indústria: um cartão-postal; no entanto, deixou descoberto um Brasil com problemas de miséria e de preconceitos os quais persistem até hoje, no ano do bicentenário. O dinheiro consumido para realização do evento gerou críticas advindas de muitos setores, conforme provam jornais de época.

Diversamente da Exposição Internacional, a Semana de 22, apesar de algumas apreciações negativas, foi/é aclamada por historiadores, críticos, escritores e pensadores como o início do imaginário brasileiro refletido num espelho multicultural: um marco refundante da nossa cultura / nosso povo.

Encerrando nosso fórum, a língua Portuguesa entra em pauta. Para tal, Luís Antônio revisita o texto do modernista Mário de Andrade intitulado “*Gramatiquinha genuinamente brasileira*”, interrompido pela sua morte. Segundo Marcelo Rocha Barros Gonçalves, a proposta de Andrade “era produzir uma gramática que contemplasse, de fato, as informações especificamente do Português no Brasil” (2021). Há então no texto de Luiz Antonio um sentimento de decolonialidade da própria Língua Portuguesa Nacional, com similitudes e diferenças da língua da ex-metrópole. Também é o que se pode observar nos resultados do estudo sobre o desenvolvimento do domínio da língua escrita entre alunos do ensino médio aqui apresentado no artigo. A conflitiva relação entre o Português escrito e o Português oral cotidiano, em suas mais variadas expressões dialetais, é análoga às demais relações culturais e artísticas no Brasil pós-colonial que estão entre os aspectos mais proeminentes da estética modernista: legitimar e fundir as culturas e línguas do país. Nas palavras de Silviano Santiago, “O elemento híbrido reina. A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza” (SANTIAGO, 2019, p. 29).

Essas vertentes, entrecruzadas pela figura da Imperatriz Leopoldina, da Semana de 22, e da Língua Portuguesa com identidade nacional, merecem artigos científicos com abordagens acerca desses dois séculos de independência e os que estão no porvir do próximo centenário em 2122. A tessitura do futuro é calcada na agoridade com fios que desenrolam do passado e de visões prospectivas, notadamente marcadas com a evolução científico-tecnológica em curso que acelera o ritmo das transformações.

Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Editora convidada

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. *Uma agenda dialetológica na gramatização do Português do Brasil*. Araraquara, São Paulo: Letraria, 2021.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2300>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PIMENTEL, E. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*: texto e contexto. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Duas Cidades, 1990.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial*: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Universidad del Cauca, 2010. (Colección Políticas de la Alteridad).

SANTIAGO, S. O entrelugar do discurso latino-americano. In: *35 ensaios de Silviano Santiago*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 23-37.

SILVA, Maurício. *A hélade e o subúrbio*: confrontos literários da Belle Époque. São Paulo: Editora da USP, 2006.

O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>.

O GRITO DA RAZÃO: na Corte do Rio de Janeiro, edição 18 de março de 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700479/33>.